

miriamleitao@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



No mercado financeiro, a avaliação é de que o governo foi cometendo erros sucessivos e, hoje, está em completo descrédito

Lento e sem direção

O governo queimou a largada. Já haveria novo clima econômico no país se nos primeiros dias fossem anunciados o nome do ministro da Fazenda e novas medidas. A demora consolida a impressão de que nada vai mudar. A segunda chance será quando for divulgado o nome do novo ministro. A ideia é trocar não apenas o titular da pasta. Já se sabe que Arno Augustin sairá da Secretaria do Tesouro.

Augustin continua com prestígio no governo, mas a convicção que se tem é que as alterações das regras fiscais implementadas sob o comando dele o deixaram queimado. Por isso é que ele deixa a Secretaria. Não há re-provação ao que ele fez, mas a avaliação de que ele está vinculado a um estilo de administração das contas públicas que foi muito criticado.

Busca-se o perfil de um nome com boa aceitação no mercado financeiro ou boa reputação acadêmica, mas o governo acha que pode ser alterada a avaliação negativa sobre a política econômica pelo conjunto das mudan-

ças nos ministérios econômicos e nos postos-chave da área.

Não há críticas ao ministro Guido Mantega, pelo contrário, o que se ouve são elogios à forma como ele enfrentou os momentos mais difíceis da crise, evitando o pior. Mantega está saindo por razões pessoais. Essa expressão é desgastada e já foi muitas vezes usada, em qualquer governo, para esconder os motivos. Mas no caso do Mantega é mesmo fruto de sua intenção de se dedicar mais às questões pessoais, depois de 13 anos como ministro, primeiro no Planejamento e depois na Fazenda.

Quem ouve economistas de fora do governo, bancos e consultorias tem noção clara de que o grau de deterioração da confiança no segundo mandato, que ainda nem começou, está ocorrendo muito mais rapidamente do que se esperava e já se reflete nos preços dos ativos. As primeiras reações do Planalto, a demora de escolha da equipe, os sinais de que não será feita qualquer mudança relevante de rumo só confirmam o pessimismo em relação à capacidade de o governo virar o jogo com a força que deveria. A gota d'água foi a maneira de burlar a meta fiscal com um pedido de que se amplie os descontos, em vez de ser um real corte de gastos e o compromisso com uma meta crível.

Os pontos-chave

1

Governo queimou a largada ao não anunciar logo a nova equipe econômica. Clima já seria outro

2

Demora aumenta a impressão de que nada vai mudar. Convicções da presidente são barreira

3

Não há reprovação no governo ao trabalho do ministro Mantega e do secretário Augustin

No governo, a eleição é vista como demonstração de que o país entendeu que a crise atual é passageira e reflexo da crise internacional, mas que foi bem administrada por preservar o emprego. No mercado financeiro, consultorias e empresas de áreas diversas, a avaliação é que o governo acertou num primeiro momento da administração da crise, em 2008, mas depois foi cometendo erros sucessivos

e, hoje, está em completo descrédito.

Ainda há tempo de reverter esse clima com a nomeação de alguém que não apenas tenha credibilidade, mas monte uma boa equipe e demonstre ter autonomia para a tomada de decisões. Conspira contra esse cenário o temperamento da presidente e suas convicções econômicas. Foi exatamente essa mistura que nos trouxe até aqui: o país está estagnado com inflação alta e rombo nas contas públicas.

O que não se entende é por que o governo que concorria à reeleição e disse que tinha para o novo mandato "ideias novas" até agora não as apresentou. Essa sensação de coisa já vista está piorando as expectativas de empresários e investidores.

As consequências desse ambiente de estagnação estão em indicadores como os divulgados ontem: voltou a reduzir o total de trabalhadores na indústria. A largada para um bom 2015 tinha que ser nos primeiros dias após o resultado das urnas. Mas ainda há tempo de reverter o clima. Cada dia de espera, no entanto, conta contra esse cenário

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)
oglobo.com.br/economia/miriamleitao

COMÉRCIO ELETRÔNICO

ICMS: R\$ 200 milhões a mais para o ES

Câmara aprovou em 1º turno PEC que altera tributação das vendas não presenciais

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

A proposta de emenda constitucional (PEC) que muda as regras da cobrança de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) em cima das chamadas vendas não presenciais (pela internet ou telefone), deu mais um passo rumo à aprovação. Na noite de terça, a Câmara dos Deputados aprovou as mudanças em primeiro turno. Por ser uma emenda, o projeto precisa passar novamente pelo plenário da Câmara para depois ir ao Senado.

APEC propõe uma nova repartição do ICMS no comércio eletrônico. Hoje, tudo fica para o Estado de origem. Aprovadas as novas regras, parte do valor arrecadado irá para o Estado de destino da merca-



ARQUIVO

“Já no primeiro ano, a arrecadação do Estado avançaria R\$ 40 milhões. A PEC é boa para o Espírito Santo. Seriam R\$ 200 milhões a mais de arrecadação por ano ao final de cinco anos”

MAURÍCIO DUQUE
SECRETÁRIO DA FAZENDA

doria. O Espírito Santo veria sua arrecadação subir R\$ 40 milhões já no primeiro ano em vigor. No quinto ano – a mudança será gradativa –, entra-

riam R\$ 200 milhões a mais no caixa estadual.

Atualmente, quando uma loja virtual vende ao consumidor de outro Estado, tem de recolher o ICMS

todo ao Estado onde está localizada. Essa alíquota varia entre 17% (maioria), 18% (São Paulo, Minas e Paraná) e 19% (Rio). O Fisco do Estado do comprador não re-

cebe nada. Pelas novas regras, além da alíquota interna, será usada a interestadual. A diferença entre elas será gradualmente direcionada ao Estado de destino.

Se hoje um consumidor capixaba compra um produto de uma loja de São Paulo, esse estabelecimento recolhe os 18% do ICMS interno em cima do produto. Aprovada a PEC, entra em cena o ICMS interestadual, de 7% na relação Espírito Santo x São Paulo. Esse percentual irá para o governo paulista. A diferença entre a alíquota interna de São Paulo (18%) e a interestadual (7%), 11%, ficará com o governo do Espírito Santo.

A proposta segue o acordo estabelecido em março por todos os secretários estaduais de Fazenda do país. Na oportunidade, Rio e São Paulo (que sediam a maior parte dos centros de distribuição) só aceitaram o acordo com a mudança vin-

do de maneira gradativa. Por isso, ficou estabelecido um prazo de cinco anos de transição, contado a partir da aprovação da PEC.

Na avaliação do secretário da Fazenda do Espírito Santo, Maurício Duque, a mudança é boa para o Estado. “Seriam R\$ 200 milhões a mais de arrecadação por ano ao final de cinco anos. Isso com dados de hoje. Todos nós sabemos que esse negócio cresce fortemente. Creio que chegaremos neste patamar em três anos”.

Com relação ao longo prazo, Duque reconhece o potencial, por conta de posição geográfica, para receber centros de distribuição, mas diz que teriam de vir muitos empreendimentos para que haja desvantagem. “A escala tem de ser muito grande para ficarmos no prejuízo. Acho difícil isso acontecer, até porque, essas empresas precisam ficar nos grandes centros consumidores”.